



# IX Colóquio Internacional São Cristóvão/SE/Brasil

## “Educação e Contemporaneidade” 17 a 19 de setembro de 2015

ISSN 1982-3657



### O ENSINO DA HISTÓRIA DA ARQUITETURA COMO FORMADOR DE AGENTES DIFUSORES DO PATRIMÔNIO

EDER DONIZETI DA SILVA  
ADRIANA DANTAS NOGUEIRA

EIXO: 6. ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

#### Resumo

Este artigo consiste em provocar reflexões sobre o ensino da história da arquitetura brasileira nos cursos superiores de Arquitetura tendo como parâmetros discursivos os modelos gerados a partir dos discursos na modernidade e na pós-modernidade; indicando os processos de transição decorrentes das mudanças narrativas e descritivas para a participativa, na qual o foco do ensino passa a ser o significante e o convite ao entrelaçamento de vivência e fruição entre o aluno e o ambiente histórico; descreve-se uma ação experimental desenvolvida no curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Sergipe, em que promove a formação de agentes difusores do patrimônio como alternativos à formação do profissional em Arquitetura, a partir do ensino da história.

Palavras-chaves: História, Arquitetura, Difusores.

#### Abstract

This paper pretends provoking reflections on teaching the history of Brazilian architecture in higher education architecture Faculties and having models as discursive parameters generated from the discourse of modernity and post-modernity; indicating the transition process resulting from narrative and descriptive changes to participatory one, in which the focus of teaching becomes the signifier and the invitation to the interweaving of experience and enjoyment between the student and the historic environment; it describes an experimental program developed in the course of Architecture and Urbanism at the Federal University of Sergipe, which promotes the formation of equity diffusers agents as alternative to professional training in architecture, from the teaching of history.

Key-words: History, Architecture, Diffusers.

#### INTRODUÇÃO

O ensino da história da Arquitetura e Urbanismo em cursos superiores de Arquitetura no Brasil esteve centrado, desde 1917 (Universidade do Brasil) até a década de 1990, na afirmação do discurso na modernidade, ou seja, na identificação e promoção do significado de objetos exemplares e representativos de valores estéticos e históricos da identidade nacional utilizando basicamente os considerados “clássicos bibliográficos”; a partir de 1990, outras questões se apresentaram como portadoras de significados para o ensino da história da Arquitetura e Urbanismo; esta diversidade e complexidade patrimonial representativa se apresentou a partir de uma transição para um discurso denominado pós-modernidade.

Este artigo demonstra conceitos presentes nos discursos na modernidade e pós-modernidade que servem para a identificação de padrões do como se moldou o ensino da história da arquitetura no Brasil nestes últimos 100 anos; apresentando suas diferenças comunicativas, de transição da *narrativa e descrição* para o convite de *participação*; nesta troca de ações pedagógicas, apresenta-se uma possibilidade de uma alternativa educacional, entendendo que o convite ao aluno para fazer parte do processo de ensino se tornou fundamental.

Partindo deste pressuposto participativo, presente no discurso da pós-modernidade, demonstra-se resumidamente esta proposta que vem sendo desenvolvida no curso de Arquitetura da Universidade Federal de Sergipe – Campus de Laranjeiras - do ensino da história como promotor de agentes difusores do patrimônio arquitetônico. Dessa forma,

explicam-se três estratégias de ensino aplicadas nos últimos anos, tendo em comum a ideia de que a memória produzida nos alunos após o contato com o ambiente histórico pode atualizar impressões e/ou informações do passado, agregando valor à formação profissional e produzindo sentido de pertencimento ao patrimônio local.

### **1. DISCURSO DO PATRIMÔNIO NA MODERNIDADE E PÓS-MODERNIDADE**

A representação de um tempo expressa por uma designação sempre foi um ato de identificação de um povo, nosso tempo, evidentemente diferente dos anteriores, talvez seja o único a se identificar ou ser identificado por uma expressão adjetiva e vazia, ou seja, o Moderno. O que essa argumentação revela é que, para o discurso do patrimônio, a significação do que é moderno recai num índice, um tipo de signo, admitido pela sua veiculação com uma realidade concreta de situações previamente já existentes, ou seja, o antigo, no qual, talvez, as diferenças sejam mais expressivas para um especialista ou intelectual teórico do que para a maioria das pessoas, ou talvez, a maioria das pessoas saiba reconhecer a diferença, mas seja difícil descrever ou definir sua consistência.

É nesse aspecto que residiria a miscibilidade da palavra *moderno* que, entre a realidade e a nossa mente, ocorre uma distração, um vazio, uma falta de estabilidade, uma ausência que pode ser encontrada com a ajuda da inversão de sua existência, ou seja, sua comparação com as coisas do passado. Mas, para que isso seja possível, é necessária uma linguagem (VYGOTSKY, 1993, p.75), um código gerado de diferenças e inversões, possuidor de sentidos e argumentos, formados por signos e unidades de significação, a fabricação de uma ação, a construção de um discurso, de um caminho a ser buscado, com começo e ponto de chegada mais ou menos determinado por uma ação.

Apesar de essa ação demonstrar uma grande certeza na expressão do modernismo, ela desencadeou dúvidas e reações, interrogações sobre o que estava sendo realizado como processo real e as inversões decorrentes desses processos, essas dúvidas resultaram na queda da certeza inicialmente descrita como ponto de chegada do discurso, adentrando na incerteza do local onde se pretende chegar, necessitando de uma constante construção de algo inexistente, na busca de um universo que nunca se conheceu.

Outro aspecto é o mito criado pelo Moderno: o Cientificismo. Todos os fatos devem ser provados cientificamente, sendo a tecnologia a caixa que toca esse processo, apesar de mostrar o aspecto da superação da ideologia pela teoria, demonstrando um totalitarismo de verdade único para o discurso do patrimônio. Esse fator fica evidenciado na busca excessiva de documentos, ações e práticas portadoras da verdade e que, às vezes, apenas são simulacros e estratégias envernizadas do que realmente deveria ser aplicado nas questões do ensino e da preservação do patrimônio arquitetônico.

O que se observa na formação do *Discurso do Patrimônio na Modernidade* é a predominância da representação de uma imagem virtual sobre a imagem real, geram-se e gerenciam-se objetos portadores da identidade como se fossem, verdadeiramente, fruto da massificação, criando-se toda uma cultura da representação como a cultura verdadeira daquele povo, pretensamente reconhecedor de sua identidade.

Portanto, o ensino do que é patrimônio arquitetônico nos cursos de História durante o período denominado de modernidade teria se fundamentado mais na eleição dos objetos que seriam os portadores de juízos de valores, do que propriamente no reconhecimento real desses valores por parte de quem recebia esses conceitos e depois os transmitia a seus alunos sem nunca terem os vivenciados, uma vez que, na maioria dos casos, estavam bem distantes de suas possibilidades físicas e materiais de serem verdadeiramente fruídos.

Dessa forma, cria-se um elenco de bens denominados “Culturais”, em que o mestre Hugues de Varine-Boham (LEMONS, 1978, p.08-10.) classificou em três grandes categorias: **1-** Os pertencentes à Natureza; **2-** O conhecimento das técnicas, ao saber e ao saber fazer; tangíveis; **3-** Os bens que englobam toda a sorte de coisas, ou seja, artefatos. Sendo que, a partir desta formulação se procedeu ao ensino da história da Arquitetura, até bem pouco tempo.

Entretanto, o ensino da história da Arquitetura não poderia se conter apenas no discurso da modernidade, pois a intensa procura da identidade fazia surgir inclusive novas categorias patrimoniais, por exemplo, dos bens “descobertos” e “denominados” de imateriais. A palavra em si, “pós-modernidade” (JAMESON, 1996, p.17), com um substantivo e um prefixo, não é incomum em nosso sistema linguístico, mas somente depois que o termo entrou em evidência, é que a atenção das pessoas ficou preparada para reconhecê-lo.

Portanto, a questão se formula em como se ensinar história dentro desta nova proposição que deu à humanidade uma ilusão de um eterno tempo de “abundância” alimentado pela Tecnologia e Ciência. A multiplicação ao infinito da informação, que determina que, quanto maior a quantidade de informação, maior a probabilidade de erro, isto é, da desinformação. No caso do patrimônio, essa busca sempre existiu, mas se tornou obsessiva nessas últimas três décadas, em que o pesquisador deveria manejar incessantes complexidades de informação para poder provar e reconhecer o objeto como patrimonial.

Em relação aos traços referentes ao discurso patrimonial, buscando entender os aspectos portadores dessa possibilidade de identificação discursiva entre o patrimônio na modernidade e o patrimônio na pós-modernidade e como

se daria o ensino da história associado a eles, construiu-se a seguir um quadro comparativo com alguns pontos que podem revelar essas diferenças:

<b>Pós-modernidade</b> 0000000000000000	<b>Modernidade</b> 0000000000000000
<i>Rituais.</i> 00000000000000000000000000000000	<i>Artefatos.</i> 00000000000000000000000000000000
<i>Participação no Discurso.</i> 000000000000	<i>Imposição do discurso.</i> 000000000000
<i>Preservação dos recursos naturais, excessiva preocupação com o meio-ambiente.</i> 00000000000000000000000000000000	<i>Preservação dos monumentos, dos edifícios, museificação, etc.</i> 00000000000000000000000000000000
<i>Estratégias de marketing acentuadas.</i> 00000000000000000000000000000000 00000000000000000000000000000000	<i>Falta de formulação de sensibilização das massas, imposição.</i> 000000000000000000000000
<i>Ações estratégicas variadas, econômicas sociais, políticas, culturais, complexidade, hibridismo, vitalidade emaranhada.</i> 000000000000000000000000	<i>Discurso centrado na questão política.</i> 000000000000000000000000 00000000000000000000000000000000 00000000000000000000000000000000
<i>Imaterialidade patrimonial, bens intangíveis, locais etéreos.</i> 0000000000	<i>Bens tangíveis, utensílios, objetos, ruínas, etc.</i> 000000000000000000000000
<i>Seus temas estão no passado e na memória do observador.</i> 00000000000000	<i>Seu tema é a história material.</i> 00000000000000000000000000000000
<i>Significante.</i> 000000000000000000000000	<i>Significado.</i> 000000000000000000000000

Na pós-modernidade a questão direciona a participação como parte focal do discurso patrimonial, pois o problema é promovê-lo e não defini-lo, assim nasce um novo e estranho tipo de positivismo, para o qual agora o que interessa é encontrar nos objetos os desejos e interesses, não mais os dados brutos da funcionalidade modernista, mas é claro que não se sabe o tempo todo o que está em nossos desejos, o que se sabe é que, então, no caso do patrimônio, devem ser eleitas questões relacionadas ao saber fazer das minorias culturais, até então excluídas do processo, pois talvez nelas se reconheçam interesses que podem vir a fazer parte de algo do qual nunca se havia feito parte; pensa-se na pós-modernidade em termos globais, mas busca-se ater a um termo irredutivelmente plural e concretamente particular, ao mesmo tempo o que se busca é eleger como portadores do reconhecimento nacional “coisas” que passem pelo contexto do todo social.

Não que se tenha encontrado a fórmula pretensamente concreta e mais eficaz para se ensinar história relacionada ao patrimônio, no entanto, percebe-se que algumas questões devem ser acatadas, ou seja, que o “agente” (entendendo este elemento como sendo o aluno, ou qualquer outro que deseje conhecer a história do patrimônio e quem sabe preservá-la) deve participar do discurso e não apenas ser informado sobre ele; deve ter atenção sobre a diversidade e a complexidade que envolve as categorias patrimoniais atualmente e, especificamente, que o agente se torne o elemento da ação, a partir do contato direto com os objetos e das respectivas memórias adquiridas através da observação e fruição do bem patrimonial.

O discurso do patrimônio na pós-modernidade é auto-sugestivo, uma vez que trabalha o auto-ego das grandes massas, anteriormente reprimidas e segregadas, seria um projeto terapêutico, difícil de não ser aceito, uma vez que se fundamenta na própria consciência pessoal e idealismo de formação moral, sendo que qualquer insurreição contra o discurso patrimonial pós-modernista acarreta uma autotransgressão.

No entanto, longe de ser considerado perfeito, este modelo, quando aplicado ao ensino da história da Arquitetura, em especial sobre o patrimônio arquitetônico, produz a formação do superego entrelaçado nas raízes do inconsciente de formação dos excluídos, universalizando algo de sua formidável energia de individualidade e estabilizando o comportamento, instituindo novamente um tipo de dominação. Nesse sentido, diante novamente de um deslocamento e de uma inversão, descobre-se na coercitividade o processo inerente do discurso patrimonial associado não apenas a formação de profissionais de ensino da história, mas também de agentes difusores do patrimônio arquitetônico.

## 2. BUSCANDO ALTERNATIVAS NO ENSINO: AGENTES DIFUSORES

Sabendo que a palavra história é uma palavra “antiquíssima” e que de antemão não proíbe nenhuma direção de pesquisa ou de ensino. A grande dificuldade perante a sociedade talvez seja a de denominá-la como uma ciência do passado (BLOCH, 1974, p.25-46). Contudo sabendo que a história é por natureza a pluralidade dos homens e que cada

ciência tem a estética própria de sua linguagem, assim como aproximar este conhecimento do discurso atual?

As dificuldades presentes no ensino da história da Arquitetura e Urbanismo transitam pela aceleração constante e mudanças presentes nos objetos patrimoniais; bem como na obsessão da busca das origens destes objetos o que torna as referidas aulas, de certa forma, desinteressantes, devido à massificação material do significado apresentado e pouca, ou quase nenhuma, focalização no significante, ou seja, na experiência prática ofertada ao aluno.

É claro que fugir deste mecanismo de ensino, ou melhor, ofertar alternativas ao receptor, torna-se fundamental frente ao discurso atual; compreendendo que o homem se aprisiona a mecanismos montados ao longo do tempo e que apenas a análise e observação da imagem arquitetônica ou do objeto patrimonial provoca a compreensão das coisas apenas a partir de certos aspectos, então como desenvolver alternativas que possam responder de maneira mais eficaz a fruição das heranças do passado, no caso, o patrimônio arquitetônico? (LE GOFF, 1994, p. 535-549).

No caso do ensino da história da Arquitetura e Urbanismo nos cursos superiores de graduação em Arquitetura no Brasil, o foco utilizado sempre foram os monumentos, ou seja, o patrimônio arquitetônico e uma documentação histórica, na maioria das vezes, escolhida entre os clássicos deste ensino, ao longo dos últimos 50 anos, como por exemplos BENEVOLO (1983) para o ensino da história das cidades e REIS FILHO (1983) para o ensino da história da arquitetura brasileira.

O triunfo destes clássicos no ensino da história da Arquitetura brasileira não enseja seu descredenciamento, no entanto, o discurso atual tem exigido mais do que o significado da prova, tem exigido que a sistemática transitasse para a determinação de um significante, ou seja, mais do que apenas transmitir o que está contido nos documentos escritos, mais do que transferir a visão da imagem ao observador, mais do que falar das fábulas, dos mitos... o imaginário a ser produzido no receptor fruidor e o conhecimento tem que ser agregado com o convite de inclusão ao meio ou ao objeto nos quais o homem deixou sua marca.

No discurso da modernidade concordava-se que as imagens pintadas, as esculturas, a imagem da arquitetura, os mobiliários e os documentos, tinham muito a dizer no ensino da história da Arquitetura; no discurso atual, sabendo que é necessário ir além do monumento, além do documento, buscam-se a apreensão e proximidade com o objeto material, mais do que a mera aproximação física, o convite ao contato com o objeto patrimonial e ao ambiente histórico-social que este está inserido, também são necessárias alternativas no ensino da história para que esta diversidade e complexidade sejam atendidas; desta forma, novas propostas, mesmo que experimentais, tem sido empregadas, como a exemplo da formação de agentes difusores do patrimônio arquitetônico.

### **3. EXPERIÊNCIAS PRÁTICAS: OS ALUNOS COMO AGENTES DIFUSORES**

De acordo com Barros; Barros e Marden (2013, p.03) o conceito de agente difusor do ambiente histórico é o *“indivíduo que atua na comunidade, produzindo efeitos positivos que se estendem em todas as direções”*. No caso dos alunos do curso de história da Arquitetura da Universidade Federal de Sergipe estas ações têm sido transferidas e centradas em três linhas: **a)** as “Viagens Acadêmicas”, que se inserem nas ações de extensão (por exemplos, Salvador e Brasília); **b)** inserção no conteúdo programático do contato com os ambientes históricos de cidades que representam no Estado de Sergipe dados cronológicos, objetos materiais e imateriais, representativos do período colonial brasileiro (exemplos: São Cristóvão e Laranjeiras) e dos períodos Eclético, Modernista e Contemporâneo (como Aracaju, residência da maioria dos alunos, provocando o sentido de pertencimento e identidade) e; **c)** participação dos alunos do curso de história da Arquitetura em palestras e mini-cursos na Oficina-Escola de Laranjeiras (que oferece algumas ações patrimoniais na cidade de Laranjeiras).

Estas ações tem objetivado transitar de um discurso anteriormente centrado na imposição do conhecimento para um discurso participativo, em que a fruição dos espaços *“in loco”* pretende superar ou transcender a distância ou a ausência dos meios narrativos tradicionais de sala de aula (GONÇALVES, 1996, p.11-35).

De certo que as narrativas até então aplicadas no processo de ensino da história da Arquitetura voltada para o patrimônio e sua preservação tem estado baseadas na sua identificação, coleta, preservação e restauração destes objetos culturais; o que tem provocado uma uniformidade no ensino da história no sentido do uso de referências bibliográficas que restringem o aprendizado e, por vezes, distanciam-se da identidade local.

Criou-se, portanto, um sentido de apropriação que passou a desempenhar no discurso narrativo da modernidade a função central; no entanto, a insuficiência natural deste discurso, permanente e insaciável de restituir uma perda ou algo que ainda não havia sido atingido, como questões como o popular; o primitivo; o exótico, o autêntico; o local; os excluídos; provocaram a necessidade de emergir novas propostas de preservação e, evidentemente, novas propostas de ensino da história.

O que as três ações propostas no curso de história da Arquitetura tem em comum é a ideia de que a memória produzida nos alunos após o contato com o ambiente histórico possui a propriedade de agregar valor às informações anteriormente escritas e narradas, pois as funções psíquicas produzidas a partir do contato mais direto com o patrimônio

podem atualizar impressões e/ou informações do passado (LEGOFF, 1994, p.423-477).

Outro fator buscado é a ideia de que a cidade é o ponto focal da política da memória e não apenas seus monumentos, como as pessoas que as vivenciam, tudo acaba produzindo “provocações” aos alunos, causando efeitos capazes de “levar” a fronteira na qual a memória se torna “História”, operando no aluno a possibilidade da retórica, de encontrar o que dizer, de acrescentar palavras ao que viu e viveu, enfim, de recorrer à memória.

As ações “a)” e “b)” são estratégias que podem ser descritas como fronteiriças ao conceito mais intenso de agentes difusores, entretanto, são preparações importantes de contato com o patrimônio que instrumentalizam de forma mnemônica o entendimento do que é patrimônio arquitetônico, fazendo com que memória e inteligência se apoiem mutuamente. A estratégia “c)” atinge plenamente o conceito de agentes difusores, uma vez que promove não apenas o conhecimento a partir do discurso narrativo, mas a disseminação do conhecimento por intermédio da participação, junto com alunos da Oficina-Escola da cidade de Laranjeiras, também chamados jovens aprendizes. Nesta situação, exercita-se a categoria ligada a memória coletiva, fazendo com que o aluno da disciplina de História da Arquitetura conheça referências não apenas escritas e narradas, mas do saber, fazer e existir de uma comunidade e suas aplicações na preservação do patrimônio.

Portanto, as ações empreendidas no ensino da história da arquitetura do curso de Arquitetura e Urbanismo da UFS, remetem a um conjunto de atividades buscando o ato ou efeito de apreender intelectualmente a história e perceber como preservar o patrimônio arquitetônico, contribuindo para que a qualidade profissional tenha como referencial seu fazer pedagógico por intermédio da inserção na cultura na qual a compreensão geral sobre o patrimônio que lhe pertence o faça conhecer sua história fazendo-o se sentir parte dela.

Neste contexto, as parcerias são fatores importantes no sucesso da ação, no caso, da estratégia “c)” foi desenvolvido a partir do Termo de Cooperação Técnica (Convênio nº 1802.008/2012; processo nº 021269/11-57) celebrado entre a Universidade Federal de Sergipe – UFS através do CTPR (Centro de Tecnologia da Preservação e Restauro) com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN/Superintendência de Sergipe visando a execução do projeto de “Caracterização das Argamassas da Igreja de Nossa Senhora da Conceição dos Homens Pardos”, localizada na Praça Possidônia Bragança, na cidade de Laranjeiras, Sergipe.

O objetivo deste trabalho teve como foco central a realização de pesquisa histórica a partir de material bibliográfico, coleta de amostras e palestras sobre o referido bem patrimonial aos alunos de Arquitetura e da Oficina-Escola, de Laranjeiras, que pudessem vir a subsidiar os procedimentos de “restauro e preservação” desta edificação por parte do IPHAN/SE; efetuando uma análise dos materiais construtivos desta edificação, procurando avaliar o seu estado de conservação e sugerindo medidas para sanar os danos detectados.

Todas as atividades de pesquisa culminaram em processo técnico e científico de levantamento de dados e coletas de amostras de materiais, respeitando procedimentos que permitissem a correta identificação da origem das patologias e da caracterização das argamassas de reboco, usando ensaios laboratoriais realizados no Centro de Tecnologia da Preservação e Restauro de Laranjeiras (CTPR) e visitas ao Laboratório de Engenharia Agrônômica da Universidade Federal de Sergipe em São Cristóvão e nos Laboratórios Técnicos da Fábrica de Cimentos da Votorantim na Cidade de Laranjeiras, procedimentos dos quais participaram alunos do curso de Arquitetura e alunos da Oficina-Escola de Laranjeiras.

Este trabalho além de produzir recomendações, sugestões e, especificamente, a caracterização física e química das argamassas do reboco, visando à preservação desse patrimônio, através de ações e processos que minimizem os fatores de degradação dos materiais que essa edificação vem sofrendo, também oportunizou a cooperação das instituições facilitadoras na busca da preservação e restauro das obras arquitetônicas da cidade de Laranjeiras, bem como operacionalizou a ação de promoção do ensino da história da Arquitetura como formador de agentes difusores do patrimônio arquitetônico.

Neste sentido, acreditamos que o entendimento do que é patrimônio arquitetônico como resultado da ação humana e reflexo da sociedade que o produz (MARTINS, 2006, p.39) tenha sido plenamente atingido, pois permitiu que o conjunto histórico urbano e seu público objetivassem um entrelaçamento entre a relação social e os agentes, expressando e produzindo o sentido de pertencimento, tanto do aluno do curso, quanto aos alunos da Oficina-Escola, expressando plenamente o conceito de agentes difusores e, conseqüentemente, agregando valores para o conhecimento e proteção do patrimônio arquitetônico.

## **CONCLUSÃO**

O curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Sergipe - UFS - foi aberto no ano de 2007 juntamente com o Campus de Laranjeiras (Cidade a 35 Km da capital Aracaju), dentro da política instituída pelo MEC através do REUNI visando a interiorização do ensino superior no Brasil. Contudo, as dificuldades, naturais aos primeiros anos de

implantação e respectivo reconhecimento do curso, impuseram muitas reflexões sobre as ações pedagógicas a serem instituídas nas disciplinas ofertadas.

Dentre as áreas do conhecimento que fazem parte da formação profissional do Arquiteto e Urbanista está a área de história da arquitetura e urbanismo; esta área, de fundamental importância no projeto pedagógico do curso de Laranjeiras, uma vez que, esta cidade do final do século XVIII possui um conjunto patrimonial material e imaterial reconhecido e tombado pelo IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - como representativos da cultura brasileira, permitem a experimentação de ações que possam agregar novos valores à educação.

Desta forma, nos últimos anos ações estratégicas têm sido empreendidas na busca de responder ao atual discurso do ensino na pós-modernidade; entre as quais, a formação de agentes difusores do patrimônio associado ao ensino da história da arquitetura. Estas ações que entrelaçam o ensino narrativo a atividades reais a partir do convite à participação e vivência do ambiente histórico já contemplaram mais de cinco turmas (média de 30 alunos por semestre) do curso de Arquitetura e duas turmas (média de 30 alunos por ano) da Oficina-Escola de Laranjeiras, todos contabilizados como agentes difusores.

Esta metodologia de ensino experimental considera o discernimento e a intervenção do aluno associado a grupos locais, através da abordagem “história, patrimônio e comunidade”, como o produtor de um processo de sensibilização, valorização e preservação, não exclusivamente dos objetos materiais e imateriais presentes na cultura local, mas um facilitador da educação superior, utilizando O ENSINO DA HISTÓRIA DA ARQUITETURA COMO FORMADOR DE AGENTES DIFUSORES DO PATRIMÔNIO.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARROS, Julio Cesar Victoria; BARROS, Alzira Costa Rodrigues; MARDEN, Sanzio. *Restauração do patrimônio histórico: uma proposta para a formação de agentes difusores*. São Paulo: SENAI, 2013.
- BENEVOLO, Leonardo. *História da Cidade*. São Paulo: Perspectiva, 1983.
- BLOCH, Marc. *Introdução à história*. s/l: publ. Europa-América, 1974.
- GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A retórica da perda*. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 1996.
- JAMESON, Fredric. *Pós-Modernismo: A lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo: Ática, 1996.
- LEGOFF, Jaques. *História e memória*. São Paulo: UNICAMP, 1994.
- LEMONS, Carlos. *O que é Patrimônio Histórico*. São Paulo: Brasiliense, 1978.
- MARTINS, Clerton. (org.) *Patrimônio cultural: da memória ao sentido do lugar*. São Paulo: Roca, 2006.
- REIS FILHO, Nestor Goulart. *Quadro da Arquitetura no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 1983.
- VYGOTSKY, Lev Semenovicth. *Pensamento e Linguagem*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

Eder Donizeti da Silva - Pós-doutorado em Arquitetura pela Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa, Grupos de pesquisa: História da Arte-UFS/ Labeurc-UFS, Professor associado do Depto de Arquitetura da Universidade Federal de Sergipe. E-mail: eder@infonet.com.br

Adriana Dantas Nogueira - Pós-doutorado em Belas-Artes pela Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa, Grupos de pesquisa: História da Arte-UFS/ Labeurc-UFS, Professora associado do Depto de Artes Visuais da Universidade Federal de Sergipe. E-mail: adnogueira@gmail.com.

Recebido em: 26/06/2015

Aprovado em: 27/06/2015

Editor Responsável: Veleida Anahi / Bernard Charlort

Método de Avaliação: Double Blind Review

E-ISSN:1982-3657

Doi: